



**RESOLUÇÃO DO  
SECRETARIADO NACIONAL DA UGT**

**29 MAIO 2020**

DESCONFINAMENTO EM SEGURANÇA E COM O TRABALHO DIGNIFICADO

**COVID 19**

A situação que se abateu por todo o planeta com o SARS-CoV2 e a COVID-19, além do choque na vida e saúde de milhões de pessoas, colocou milhões de trabalhadores em sobressalto e com perdas inestimáveis de rendimentos e bem-estar social.

Até ao momento também se verificou, diferentemente de outros atores políticos da cena internacional, que o movimento sindical venceu os seus laços de solidariedade na Europa e no mundo. A solidariedade sindical foi notória em todos os nossos parceiros da CES e da CSI.

O movimento sindical democrático internacional através da CSI mais uma vez soube mostrar a sua natureza e desde o primeiro dia esteve na defesa intransigente dos trabalhadores e de suas famílias não descurando a condição excepcional que se vivia em todo o mundo.

Em Portugal a UGT acompanhou, em sede de concertação social, a implementação das medidas que envolveram mais de um milhão de trabalhadores em Lay-off simplificado e centenas de milhares de trabalhadores em assistência familiar e em teletrabalho.

Participamos, ainda, nas reuniões realizadas no INFARMED com os representantes dos três órgãos de soberania, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e as forças partidárias, no âmbito do acompanhamento da "situação epidemiológica da COVID-19 em Portugal" nas quais foram sendo apresentados e disponibilizados os dados técnicos e estatísticos, por parte da Direção Geral da Saúde (DGS), do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP) e Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).

A UGT esteve em constante atividade político-sindical para procurar que fosse feita justiça a todos os trabalhadores que se encontravam, e encontram, em regime de "teletrabalho", na sua fórmula simplificada, lutando pelo direito básico, nomeadamente, ao subsídio de refeição.

A UGT esteve atenta e denunciou os atropelos de muitas empresas para com os seus trabalhadores e os incumprimentos às suas obrigações para com a segurança social. Também por isto a UGT esteve na linha da frente em pugnar por mais e melhor fiscalização da ACT e pelo reforço dos seus recursos humanos e materiais.

Estivemos ao lado dos trabalhadores dos serviços essenciais, desde o setor da saúde ao da educação, passando inexoravelmente pelo setor financeiro (Banca e Seguros), pelas comunicações, pela energia, pelo sector da distribuição, dos serviços sociais, quer em lares quer em cuidados continuados, pelo sector do

comércio e serviços, dos trabalhadores da administração pública nacional, local e regional e todos os trabalhadores que continuaram o seu trabalho correndo riscos de saúde, para o bem de toda a sociedade.

A UGT esteve com todos eles e não deixou de, num momento de extrema carência de bens de proteção individual, distribuir milhares de viseiras e máscaras por Instituições sociais diversas e ao longo do país, contribuindo também assim para a sua proteção no local de trabalho.

## **25 DE ABRIL E 1.º DE MAIO**

Face ao estado de ALERTA em que o país se encontrava e perante a promulgação do Estado de Emergência e das medidas excecionais a ele associadas, no sentido de se evitarem riscos de propagação e contaminação das nossas populações, pelo coronavírus, a UGT decidiu cancelar as comemorações do dia do Trabalhador, que estavam agendadas para Vila Real. Foi uma decisão enquadrada no esforço nacional de defesa da saúde e da vida dos portugueses.

Optámos por assinalar este dia de uma forma diferente, utilizando todo o potencial das redes sociais, para levar a centenas de milhares de trabalhadores as mensagens de muitos dos dirigentes da UGT e dos seus Sindicatos e Uniões.

Foi com um sentido cívico socialmente reconhecido que soubemos dignificar o dia do Trabalhador sem deixarmos de comemorar o 1º de maio de 2020 com dignidade, mas mantendo o confinamento social conforme às mais elementares regras de segurança e respeito por todos os trabalhadores e seus familiares que se encontravam confinados.

A UGT comemorou e dignificou o 1º de maio dando, pelo modo como o fez, sentido de responsabilidade e solidariedade à luta dos trabalhadores.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril que este ano se celebraram apenas na Assembleia da República e na qual o Secretário Geral da UGT só não participou presencialmente, por questões de saúde, uma vez que é doente crónico, e não lhe foi permitido fazer-se substituir. A UGT colaborou e apoiou ativamente na iniciativa levada a cabo pela Associação 25 de Abril, apelando a todos os trabalhadores que, nessa data comemorassem a Liberdade e a Democracia, entoando a Grândola Vila Morena, nos locais onde se encontrassem.

A UGT, como sempre, esteve presente e ativa, dentro das limitações existentes, e na primeira linha de defesa intransigente dos valores de Abril, mais importantes do que nunca, neste momento difícil da nossa Democracia e do nosso País.

## **PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS 2020 E PROGRAMA DE ESTABILIDADE 2020**

A UGT elaborou o seu parecer sobre o Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade 2020 defendendo que, sendo documentos estruturantes, deveriam estar sujeitos a uma maior e melhor articulação entre ambos, traduzindo um, a perspetiva orçamental concretizadora das grandes linhas de ação estabelecidas e o outro o enquadramento do cenário e projeções macroeconómicas necessárias, o que não acontece.

Alertamos, desde logo, para a ausência da definição de uma trajetória para as contas públicas não só para os próximos anos, mas também para o ano em curso. Apesar da imprevisibilidade do momento que

atravessámos e dos erros associados a exercícios de projeções, não se compreende a opção do Governo em não avançar com um cenário macroeconómico como o fizeram aliás muitos dos Estados-membros.

A UGT continua a subscrever e apoiar os grandes pilares estratégicos do PNR, mas considera que há diversos aspetos em que, mesmo no atual cenário, se deveria ir mais longe, nomeadamente no que diz respeito à formação profissional, ao reforço da proteção social, ao combate à pobreza, exclusão social e segmentação do mercado de trabalho e até no que diz respeito ao próprio investimento.

Não se pode escamotear que a atual crise já levou já a uma massiva destruição de emprego tendo sido o trabalho precário a maior vítima, o que nos leva a ter de visitar esta temática reforçando o conjunto de medidas assumidas no acordo de concertação social de junho de 2018.

No que concerne ao papel da negociação coletiva, defendemos a sua valorização tendo em conta o papel relevante que poderá assumir na proteção dos trabalhadores que se encontram atualmente numa situação de fragilidade extrema, e na valorização dos seus rendimentos, evitando o resvalar para situações de desregulação e de austeridade como muitos pretendem.

Defendemos que estes documentos estruturantes devem priorizar claramente a área da proteção social não se cingindo ao momento imediato de resposta ao Covid-19, mas antes, definindo um horizonte temporal mais vasto.

Por sua vez o mercado de trabalho vai enfrentar muitos e extensos desafios, incluindo alterações na própria prestação do trabalho, que devem merecer uma atenção especial por parte das políticas públicas que não vislumbramos neste documento.

É referido, e bem, a necessidade de reforço do Investimento no Serviço Nacional de Saúde, algo que a UGT há muito vem defendendo e que a atual crise sanitária apenas tornou mais evidente. No entanto as fragilidades são conhecidas e sentidas profundamente noutras áreas dos serviços públicos como a segurança social, a justiça, a educação etc. sobre os quais estes PNR e PE passam quase completamente ao lado, ignorando que o reforço do investimento público não pode e não deve ignorar novamente o reforço dos meios materiais, a melhoria da gestão e a valorização dos recursos humanos da Administração Pública.

Estes documentos deixam ainda bem evidentes algumas das injustiças e fragilidades da resposta a esta crise para as quais a UGT tem vindo sistematicamente a alertar. Basta atentarmos nos valores que foram apontados para as medidas de apoio às empresas e os que foram apontados para os apoios às pessoas para se verificar o forte desequilíbrio existente nas prioridades definidas pelo Governo.

E, diga-se de passagem, que, o valor apresentado para o apoio excecional à família (motivada pelo encerramento das escolas) fica muito aquém do inicialmente previsto pelo Governo, não justificando as restrições que foram sendo impostas para a ela poder aceder (valor atribuído, suspensão do pagamento no período de férias e inibição do pagamento em caso do outro conjugue estar em teletrabalho).

O mesmo se pode referir relativamente à medida de apoio à manutenção dos postos de trabalho (lay-off simplificado) relativamente à qual o Governo se manteve irredutível na garantia de apenas 2/3 do salário e sem preocupações mais fortes de proteção do emprego nomeadamente do emprego precário.

Os impactos sociais drásticos que já estamos a vivenciar hoje deveriam ter já levado o Governo a uma urgente reflexão e correção das medidas dirigidas aos trabalhadores e cidadãos em geral (quer quanto ao emprego quer quanto à proteção de rendimentos e à liquidez das famílias) e à inclusão de uma reorientação estratégica no quadro do PNR 2020, introduzindo inclusivamente um horizonte temporal para as mesmas adequado aos desafios que já estamos e que iremos enfrentar.

No contexto Europeu há que ter bem presente a centralidade das decisões comunitárias e a forma como estas condicionam as respostas nacionais aos desafios e impactos desta pandemia e à recuperação económica. Sabemos que é essencial uma intervenção urgente e robusta por parte das instâncias comunitárias, com instrumentos inovadores e com adequados recursos financeiros, que atendam às especificidades e realidades de cada Estado-membro, quer nesta fase de emergência, quer no futuro (para a saída da crise e relançamento económico).

Foram já aprovadas medidas importantes de carácter mais urgente no Conselho Europeu de 23 de abril (como MEE, BEI e SURE), mas é urgente que a Europa assuma, plenamente o papel na gestão da saída da crise, com uma estratégia de relançamento forte, coordenada e articulada entre os Estados, que potencie a reconstrução industrial e económica da UE e de cada um dos seus Estados-Membros.

Nesta matéria, não obstante o acordo genérico alcançado pelo Conselho Europeu, nomeadamente sobre a criação de um Fundo europeu de recuperação económica, são muitas as incertezas quanto a valores, tipos e modalidades de apoio (subvenções, empréstimos, condições de empréstimo).

Porém, esta incerteza não pode servir de pretexto para que o Governo não deixe já claras algumas opções/medidas para a definição de uma estratégia de relançamento económico, de emprego e de progresso social, nem pode justificar atrasos na identificação das principais prioridades nacionais desta nova estratégia, no imediato e no curto prazo.

E, nesse sentido, é com profunda preocupação que registamos que no PNR 2020 – que deveria apontar para a trajetória económica e financeira, pelo menos nos próximos dois anos –, pouco ou nada seja avançado quanto ao plano de recuperação da economia portuguesa referido no documento.

E um plano em que não devem ser esquecidos elementos estruturantes, como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais que, apesar de constarem de anteriores PNR aos quais este dá continuidade, deveriam aqui ser reafirmados como parte de uma estratégia de desenvolvimento e progresso social.

## **COMPROMISSO TRIPARTIDO**

A UGT participou em inúmeras reuniões quer em CPCS, quer em grupos de trabalho como o da ACT, mantendo sempre em aberto o espírito da Concertação Social e o real empenho da Central Sindical em acompanhar os acontecimentos, em prol da defesa dos direitos dos trabalhadores e de suas famílias.

Foi neste contexto que apresentamos ao Governo, na fase inicial do desconfinamento, um documento do quais constam 10 pontos de ação que a UGT considera essenciais para um processo de reabertura da atividade económica com segurança e confiança dos trabalhadores. A necessidade de monitorizar, em cada momento, os efeitos das medidas, a atenção devida aos locais de trabalho, a prevalência da segurança em todas as decisões, uma melhor proteção social para todos os trabalhadores, a aposta na formação profissional e nas políticas ativas de emprego, uma melhor adaptação da rede de transportes, a centralidade do diálogo social e da negociação coletiva, assim como, a necessidade de uma ação coordenada e forte da UE no relançamento económico, foram propostas colocadas em cima da mesa pela UGT.

Já na segunda fase de desconfinamento e face aos efeitos adversos nos rendimentos de muitos trabalhadores, a UGT apresentou ao Governo um conjunto de questões urgentes, que considera de prioritária resolução. As medidas de apoio excepcional às famílias, cuja criação saudamos, devem tornar-se mais adequadas à realidade, nomeadamente, o prolongamento do apoio para quem tem filhos em creches ou no pré escolar; a agilização dos reembolsos do IRS aos trabalhadores que a eles têm direito; a criação de uma prestação social de carácter mais universal que garanta um valor mínimo para aqueles que perderam ou

viram reduzidos os seus rendimentos; a extensão dos apoios para a aquisição de equipamentos de proteção individual e material de higienização, a todas as organizações com trabalhadores a seu serviço e às famílias de mais baixos rendimentos; a clarificação definitiva do conceito de retribuição para efeitos de lay-off propondo a UGT que esta passe a ser calculada com base na média de todas as remunerações declaradas à segurança social nos últimos 12 meses ou, caso seja inferior, no período em que o trabalhador laborou na empresa. Serão medidas que, a nosso ver, atenuarão significativamente os efeitos negativos que continuam a verificar-se.

E foi neste espírito de propositura e de Concertação Social que se alcançou um entendimento com o Governo que contou com a participação direta do Primeiro Ministro, com a CAP, a CIP, a CCP e a CTP através de uma “Declaração de Compromisso” para que a reabertura gradual das atividades económicas ocorra em segurança quer na saúde pública quer na segurança e saúde no trabalho; para que não haja atropelos à legislação em vigor e pelo cumprimento e reforço da negociação coletiva; pela desburocratização de procedimentos que ponham em causa o bem estar urgente de empresas, famílias e trabalhadores e que propicie e favoreça a retoma da atividade económica; para a promoção da produtividade e competitividade e fundamentalmente para que seja salvaguardada a coesão social no nosso país.

### **REUNIÃO COM O PRIMEIRO MINISTRO**

No âmbito da elaboração do Plano de Estabilização Económico e Social o Governo recebeu a UGT no passado dia 27 de maio onde nos foram apresentados os quatro eixos fundamentais deste plano: o económico, o social, o emprego e o Simplex SOS, assim como, as previsões macroeconómicas em que o mesmo assenta.

Os efeitos desta pandemia provocarão até ao final deste ano, segundo o Governo, uma diminuição de 7 % do valor do PIB, uma quebra de 14 % das exportações, um aumento para 10 % do desemprego, uma deterioração do saldo orçamental à volta de 13 mil milhões de euros, uma diminuição da receita fiscal e contributiva de mais de cinco mil milhões de euros e um aumento significativo da dívida para valores iguais a 2016.

Por parte da UGT, não obstante este cenário bastante negativo, foi apresentado um documento com as medidas que entendemos serem as mais urgentes, algumas das quais já apresentadas anteriormente, e que deverão ser enquadradas financeiramente pelo Orçamento Retificativo que será apresentado.

Desde logo a preocupação com ou o eventual prolongamento ou sucedâneo do lay-off que deverá ter em linha de conta dois aspetos fundamentais: o rendimento dos trabalhadores e a manutenção do emprego. Foram mais de 116 mil empresas, num universo de um milhão e trezentos mil trabalhadores a requerer o lay-off, das quais, 99.469 empresas e 804 mil trabalhadores viram os seus processos deferidos e pagos pela segurança social.

Estes números confirmam que há um grande número de trabalhadores que viram a sua retribuição reduzida em dois terços, situação que provocou problemas gravíssimos de liquidez em muitos agregados familiares. É sabido que os trabalhadores com salários mais baixos foram os mais gravemente atingidos. Um em cada 5 trabalhadores com salário abaixo dos 650€ perdeu a totalidade do seu rendimento e cerca de 50% deste segmento sofreu uma redução significativa. É imperativo que esta situação seja alterada e que, se possível, seja assegurado o pagamento integral dos salários aos trabalhadores abrangidos.

Sabendo, no entanto, da dificuldades financeiras e tendo em conta as previsões macro e económicas apresentadas e a sustentabilidade da segurança social, a UGT propôs ao Governo que, pelo menos, sejam assegurados quatro quintos do salário ao trabalhador, alterando de igual modo a percentagem que é paga

pela segurança social (atualmente 70 %) e pela empresa (atualmente 30 %) para montantes iguais, ou seja, 50 % cada uma das partes.

Sendo o lay-off o principal instrumento que o Governo recorreu para proteger o emprego, temos de considerar que os números atuais de desempregados indiciam que nem tudo terá corrido bem. De facto, o trabalho precário não foi devidamente protegido e isto deverá ser tomado em linha de conta daqui para a frente.

Não tendo recebido uma resposta definitiva, por parte do Governo, ficamos com a sensação de que as temos a nossa proposta foi encarada com algum agrado.

Por tudo o que fica exposto, também este Secretariado Nacional se reveste de especial importância, pois visa ser um momento relevante do posicionamento da UGT face às enormes dificuldades que enfrentamos e que seguramente vamos enfrentar, mas pretende ser um forte sinal de esperança e, sobretudo, um sinal de CONFIANÇA para todos os trabalhadores e suas famílias.

## **PELO REFORÇO DO DIÁLOGO SOCIAL E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

A UGT valoriza o incremento do diálogo social promovido à luz da crise sanitária que a todos preocupa, no entanto considera que o diálogo e negociação setorial em especial na Administração Pública tornou-se praticamente irrelevante.

Assim a UGT e os seus Sindicatos designadamente os da Administração Pública exigem do Governo uma maior atenção para os problemas dos trabalhadores dos serviços públicos que tão bem responderam às exigências da melhor prestação de serviços aos cidadãos durante a crise.

### **Assim,**

**A UGT, reunida em Secretariado Nacional, vem reafirmar que mantém a sua continuada predisposição:**

- **Para que os objetivos assumidos na “Declaração de Compromisso” de 12 de maio de 2020 e assinada pelo Primeiro Ministro do XXII Governo Constitucional, o Secretário Geral da UGT, o Presidente da CAP, O Presidente da CCP, o Presidente da CIP e o Presidente da CTP em CPCS sejam cumpridos.**
- **Para defender os trabalhadores e o país participando ativamente nos Planos que venham a ser necessários para a estabilização económica e social que apostem na garantia da manutenção dos direitos dos trabalhadores e na manutenção dos seus rendimentos.**
- **Para trabalhar no âmbito da Concertação Social e na Negociação Coletiva no sentido de salvaguardar e valorizar os direitos e rendimentos dos trabalhadores, de forma a pôr cobro ao agravamento da pobreza e desigualdades que já verificam.**
- **Para começar, desde já, a trabalhar com todos os seus filiados na procura de soluções justas e respeitadoras dos direitos dos trabalhadores no que concerne a novas formas de trabalho surgidas com esta pandemia, nomeadamente, o teletrabalho.**

- Para a construção de condições para que os trabalhadores sintam segurança e confiança no regresso ao trabalho o que exige legislação forte e uma inspeção do trabalho ativa e presente.
- Para continuar a exigir formação profissional adequada para todos os trabalhadores.
- Para exigir políticas ativas para o mercado de trabalho adequadas às reais necessidades dos trabalhadores e da economia nacional.
- Para um sistema de segurança social mais solidário, mais célere, mais justo e sustentável.
- Para garantir uma proteção adequada a todos os trabalhadores, mesmo os que perderam o seu posto de trabalho como milhares de precários.
- Para defender na CES e no CESE a necessidade de trabalho conjunto de todo o movimento sindical europeu para que os direitos dos trabalhadores não venham a ser ameaçados por políticas anti solidárias e ameaçadoras do projeto europeu.
- Para defender no âmbito da sua participação na OIT e na CSI que a negociação de um novo Pacto Social tenha por base o ODS8, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, para promover emprego digno e crescimento económico sustentável.
- Para empreender a sua atividade politico-sindical na promoção da justiça e paz sociais para que ninguém fique para trás.
- Para valorizar um verdadeiro diálogo social na Administração Pública com consequências para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e para a dignificação e reforço dos serviços públicos para todos os cidadãos, facto a que o Governo não pode ser insensível.

**Aprovada por Unanimidade e Aclamação**

**O Secretariado Nacional**

Lisboa, 29 de Maio de 2020